



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE N.º 39, DE 2011

(Do Sr. Rubens Bueno)

Propõe que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle - CFFC realize atos de fiscalização e controle, com o auxílio do Tribunal de Contas da União - TCU, sobre suposto esquema de desvio de dinheiro público envolvendo a Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, empresa pública, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Mapa.

DESPACHO:

À COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação Interna nas Comissões

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD

Senhor Presidente,

Com base no art. 70 da Constituição Federal, combinado com os artigos 60, I e II e 61 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, proponho a Vossa Excelência que, ouvido o Plenário desta Comissão, se digne a adotar as providências necessárias para que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle – CFFC realize atos de fiscalização e controle com o auxílio do Tribunal de Contas da União - TCU sobre suposto esquema de corrupção na Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, empresa pública vinculada ao Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Mapa, criada por força da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, com Estatuto aprovado pelo Decreto nº 4.514, de 13 de dezembro de 2002.

JUSTIFICATIVA

Recentemente, a presidente Dilma Rousseff demitiu o diretor da Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, Oscar Jucá Neto. A exoneração foi publicada no *Diário Oficial da União*, de 27 de julho de 2011. A demissão, teoricamente, poria um ponto final em mais um caso de desvio de dinheiro público. Em sua edição de 24 de julho de 2011, VEJA havia revelado que o ex-diretor cometeu uma irregularidade grave ao mandar pagar uma dívida judicial de 8 milhões de reais a uma empresa-fantasma que, no passado, já foi ligada à família Jucá e, atualmente, tinha como "sócios" um pedreiro e um vendedor de carros.

Na edição de 31 de julho de 2011, VEJA publicou outra matéria revelando um grande esquema de corrupção, fraudes e propina no Ministério da Agricultura intitulada “Dinheiro Por Fora”. Não se trata de mero “denuncismo” da imprensa, como muitas vezes se tenta desqualificar o jornalismo investigativo: na verdade, esta segunda matéria está ligada aos fatos denunciados na anterior cuja publicação culminou com a exoneração do ex-diretor da Conab, três dias depois.

O ex-diretor financeiro da Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, o administrador Oscar Jucá Neto trabalhou durante um ano como assessor na referida estatal e um mês como seu diretor financeiro. Uma vez demitido, Oscar Jucá Neto não assimilou a forma como perdeu o emprego - classificada por ele como “humilhante e resultado de uma armação de peemedebistas para atingir seu irmão”. O ex-diretor fora indicado para um cargo reservado na cota do PMDB pelo líder do governo no Senado Federal, seu irmão, o Senador Romero Jucá.

Na entrevista a VEJA, o ex-diretor afirmou que o patrimônio da Conab está sendo dilapidado por operações imobiliárias fraudulentas que repassam aos padrinhos políticos dos diretores terrenos a preços muito abaixo do valor de mercado. Ele revelou o favorecimento a empresas de amigos e financiadores de campanha ligados aos partidos. Tudo isso, segundo afirma, com o conhecimento e o aval do ministro Wagner Rossi, e do presidente da estatal, Evangevaldo Moreira dos Santos. O ex-diretor da Conab chegou a afirmar: “Ali só tem bandido” e, na mesma entrevista, acusou o ministro Wagner Rossi de ter lhe oferecido propina em troca de seu silêncio.

Um dos negócios nebulosos envolvendo a Conab - subordinada ao Ministro Wagner Rossi e que foi presidida por ele durante o governo Lula -, segundo Oscar Jucá, envolve uma das principais

empresas de armazenagem de grãos do país, a Caramuru Alimentos. Essa empresa tem como um de seus principais clientes a Conab. Além de fornecedora, é grande credora da estatal. Segundo ele, em abril deste ano, a Justiça determinou que a Conab pagasse à companhia 14,9 milhões de reais, referentes a dívidas contratuais reclamadas há quase vinte anos. Apesar da decisão final, ainda não houve pagamento em razão de que representantes da Conab estariam negociando para aumentar o montante a ser pago. Diz o entrevistado: "O procurador-geral me disse que havia acertado pessoalmente com um contador da Caramuru que estava tudo combinado para elevar o pagamento para 20 milhões de reais". Desse total, 5 milhões seriam repassados "por fora" a autoridades do ministério. "Isso sem nenhuma sustentação legal", conta o ex-diretor, que se recusou a assinar a autorização de pagamento. A matéria veiculada por Veja traz ainda o seguinte trecho elucidativo:

*"O papel da Conab deveria ser o de atuar como órgão regulador dos estoques de modo a garantir o abastecimento e evitar a flutuação exagerada dos preços do milho, do arroz e do feijão. Mas a estatal, recentemente, decidiu atuar no mercado imobiliário. **Em janeiro deste ano, ela vendeu um terreno em uma das regiões mais nobres e valorizadas de Brasília, distante menos de 2 quilômetros do Congresso e do Palácio do Planalto. Apesar de ser uma área cobiçada por empreiteiras e grandes empreendedores, uma pequena empresa da cidade apareceu no leilão e adquiriu o terreno pelo preço mínimo: 8 milhões de reais - um quarto do valor estimado de mercado.** O comprador se chama Hanna Massouh, amigo e vizinho do senador Gim Argelo, do PTB, mandachuva do partido, influente na Conab e onipresente em negócios mal explicados. O senador Gim Argello nega qualquer envolvimento."*

Sobre esse assunto, diz Oscar Jucá: "Essa história da venda dos terrenos começou na presidência do Wagner Rossi. Estão dilapidando o patrimônio público. Se isso for devidamente investigado..."

As revelações feitas à imprensa indicam que o Ministério da Agricultura pode ter se transformado numa central de negócios, tendo a Conab como posto avançado para a formalização de transações escusas. Embora a corrupção no país esteja em tal nível que chega a causar desânimo, a luta contra esse mal deve prosseguir.

Pelas razões acima expendidas, requeiro sejam adotadas as providências necessárias pela douta Comissão de Fiscalização Financeira e Controle - CFFC, a fim de que se realizem os atos de fiscalização e controle em conjunto com o Tribunal de Contas da União - TCU sobre os fatos e, se as denúncias forem verdadeiras, o relatório final seja encaminhado às autoridades competentes para a punição dos envolvidos. Dessa forma, peço o apoio dos nobres Pares para a aprovação desta proposta.

Sala das Comissões, em 04 de agosto de 2011.

Deputado Rubens Bueno
PPS-PR

FIM DO DOCUMENTO